



Anais da Assembléia

N.º 52

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 23 DE MAIO DE 1980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 50.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Gilberto Agibert Filho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a reinclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Resolução n.º 25/80, que reconhece como órgão de representação junto à Assembléia Legislativa a "CABENFALE".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de cópia do documento da Associação dos Taxistas de Curitiba ao CNP, ao Ministro dos Transportes, ao Governador do Estado, ao Ministro das Minas e Energia e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Anexo cópia do documento. No lugar de estarmos enviando gasolina ao estrangeiro quase de graça, que nossas autoridades federais criem um projeto de lei subsidiando a gasolina para os táxis nacionais em uma percentagem trinta e cinco por cento inferior aos preços atuais.

Outra alternativa: a liberação para o uso de gás nos táxis, com vem ocorrendo na Europa e no Japão, inclusive porque com esse tipo de combustível um táxi conseguirá médias superiores a 20 km com um litro, digo, com um quilo do produto.

Além do mais, o gás é facilmente encontrável nos poços perfurados em nosso País.

Uma terceira alternativa seria permitir as fábricas produzirem automóveis, especiais para os serviços de táxis, movidos com motor diesel, o que barateia o transporte sobremaneira deste tipo de condução, dando chances de uma vida melhor para essa classe que vem sendo espoliada pela campanha governamental de responsabilizar o povo, pela alta dos combustíveis.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER a expedição de solicitação à Secretaria do Planejamento da Presidência da República, com conhecimento na SUNAB e ao Ministro Extraordinário da Desburocratização, Dr. Hélio Beltrão, no sentido de agilizar a instalação de agências daquela Superintendência em todas as cidades de expressão geo-econômica do Paraná, pois há 4 anos o projeto no sentido da criação das referidas agências está aguardando definição e aprovação final, numa desatenção ao interesse dos consumidores deste Estado.

Todos sabemos as dificuldades e ação precária da SUNAB, mas já é alguma coisa, para se evitar muitas explorações de setores do nosso comércio e indústria. Mais ainda, no interior, onde de uma cidade para outra o descontrole dos preços dos gêneros de primeira necessidade é assustador, provocando dificuldades maiores às camadas assalariadas.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Planejamento, ANTÔNIO DELFIM NETO; Fazenda, ERNANE GALVÊAS; Agricultura, AMAURY STÁBILE, e ao Presidente da Comissão de Financiamento da Produção - CFP em Brasília, Doutor FRANCISCO JOSÉ VILLELA SANTOS, solicitando urgente fixação do preço mínimo do milho, para Cr\$ 236,36 (duzentos e trinta e seis cruzeiros e trinta e seis centavos) a saca de 60 quilos.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná está colhendo uma das maiores safras de milho de sua história. São mais de 5.000.000 de toneladas do produ-

to, que evitarão a importação ocorrida no ano anterior. Não existe a mínima dúvida, que a resposta dada pelo produtor paranaense, deve-se principalmente ao estímulo concedido pelo Governo, quando alterou o valor do preço mínimo de Cr\$ 103,80/SC de 60 quilos tipo 3, na safra 1978/79, para Cr\$ 185,40/SC de 60 quilos tipo 3, na safra 1979/80. Acontece que o aumento concedido em agosto de 1979, atendia perfeitamente aos anseios do produtor. No entanto, a inflação galopante que assola a economia brasileira motivou a elevação dos insumos (semente, fertilizante, defensivos, óleo diesel, etc), acima das expectativas, alterando significativamente os custos de produção do milho.

Já no início de 1980, mais precisamente na quinzena de janeiro, a OCEPAR, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, já pleiteava um reajuste para o preço mínimo do milho, cujos custos apontavam a necessidade de Cr\$ 236,36/SC de 60 quilos, contudo até o momento nenhuma providência foi adotada.

Preocupa-nos a permanência desta indefinição pelo desestímulo que tal política gerará junto ao produtor. O não reajustamento do preço mínimo do milho, certamente desmotivará os produtores para o plantio da safra 1980/81.

Acreditamos ser extremamente coerente o reajuste do preço mínimo para o milho, justamente agora em que o produtor estará colhendo sua lavoura, e, o reajustamento para Cr\$ 236,36/SC, apenas corrigirá uma distorção em termos de custo real, e obviamente induzirá o produtor a manter, e até aumentar ainda mais sua área de plantio, para as safras vindouras. A comercialização do produto durante todo o ano, vem sendo realizada a níveis superiores a Cr\$ 250,00/SC e é óbvio, que a expectativa do produtor em obter preços neste nível.

Assim é de suma importância que haja a correção do atual preço mínimo para Cr\$ 236,36/SC de 60 quilos, a fim de permitir que os produtores não fiquem prejudicados na comercialização do cereal. Portanto, acreditamos que a tomada desta posição por parte daquelas autoridades, na elevação do preço mínimo do milho de Cr\$ 236,36/SC de 60 quilos, manterá estimulado o produtor, e evitará transtornos do próprio equilíbrio da nossa balança comercial, já que de importadores poderemos facilmente ser exportadores de milho, bastando para isto manter os níveis de preços compatíveis com a realidade inflacionária, que o País atravessa, e o milho, na realidade, é um produto que merece um melhor incentivo de produção, pois além de ser um dos produtos básicos na fabricação de ração, é também o cereal que atualmente fornece seus derivados tais como o fubá, a farinha e o amido, a um preço compatível para a alimentação do povo brasileiro.

REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições e atendidas as formalidades regimentais, REQUER a transcrição nos Anais da Casa do editorial ontem publicado pelo jornal "Folha de São Paulo", mais para que haja reflexão sobre a importância da temática tratada e seus efeitos no quadro político nacional, pois a VIII Conferência da OAB, presentemente realizada em Manaus, evidencia a grandeza da iniciativa e a presença de todos os setores da sociedade na luta por um novo pacto social, a começar pela Assembléia Nacional Constituinte.

Requer-se remessa do resultado deste requerimento aos diretores do conceituadíssimo periódico.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 58/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Caritas Diocesana de Jacarezinho", com sede e foro no Município de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1980.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantrópica, junto à comunidade de Jacarezinho, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 461, de 14/12/66, conforme fotocópia anexa.

A documentação que anexamos ao presente processo, comprovam estarem cumpridas as exigências legais, para que haja o reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que temos certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho a preocupação de deixar transcritos nos Anais da Casa as observações que me parecem necessárias ser feitas.

Desde o primeiro mandato que exercemos nesta Casa que, constantemente, em diversas oportunidades, convocamos a Casa para se pronunciar sobre as desapropriações efetuadas pela ELETROSUL, nas usinas do Rio Iguaçu.

Sabem os Srs. Deputados porque aprovaram diversos pedidos meus de informações. E as respostas proferidas pela ELETROSUL, e em caráter oficial, que esta Casa recebeu, em todas elas, sistematicamente, a direção da ELETROSUL afirmava que os preços pagos eram justos e coerentes com o mercado de terra, quanto às desapropriações.

Surpreendentemente, a opinião pública, agora, através da imprensa, vê anunciar que a ELETROSUL pretende um reajuste, nos preços dessas desapropriações.

De nossa parte, ficamos satisfeitos que isso ocorra. Porque antes tarde do que nunca, venha um melhor preço para os desapropriados.

Todavia, o que a opinião pública desconhece é que esse anúncio feito pela ELETROSUL, foi feito exatamente às vésperas de quando o Presidente daquela entidade, compelido pela lei, teve que ir ao Congresso Nacional, prestar esclarecimentos na CPI da ELETROSUL, proposta pelos Deputados da Oposição, daqui do Paraná.

Portanto, sabedor de que lá não teria argumentos para justificar os baixíssimos preços que a ELETROSUL estava pagando, o Sr. Presidente, como que querendo tirar o mérito que a Oposição desenvolveu, em reuniões de sindicatos, em reuniões com os desapropriados, lá nas barrancas do rio, e que comparecemos, mobilizando os prejudicados, fazendo diversos manifestos e diversos requerimentos, quer agora dizer que é um ato de benevolência, de reconhecimento, por parte exclusiva da ELETROSUL.

Não é não, Senhores. A ELETROSUL não tinha como justificar o preço baixíssimo que pagara e se vê obrigada a voltar atrás e, realmente, pagar um preço mais condizente com o que é de direito, com o que é de justiça.

Mas, o que a ELETROSUL não tem explicado, em todos os processos de construção de usinas, é que o custo da desapropri-

priação da terra representa um percentual ínfimo nos casos das usinas de Salto Osório e de Salto Santiago, pela canalização excessiva do Rio Iguaçu, não chegou a atingir um por cento do custo total dessas obras.

E quando se sabe que, no caso por exemplo da Usina de Salto Osório, a ELETROSUL, gastou em 1973, dois milhões de cruzeiros para construir uma casa que servia de alojamento e mordomia para os diretores da ELETROSUL, para os Ministros de Estado, e pagou, ou depositou em Juízo, na 1a. Vara da Justiça Federal, apenas a importância de um milhão e quinhentos mil cruzeiros. Ou seja, menos do que gastou na construção de uma casa, para pagar todos os desapropriados, toda a área desapropriada, cerca de 300 famílias.

Ora, é verdade que, agora, vindo o reajuste, se corrige em parte uma injustiça. Mas, não vai esse dinheiro a mais ter a condição e a capacidade de fazer com que aquelas famílias que foram praticamente expulsas da terra, quando veio a inundação, e se transformaram, a grande maioria, em favelados, porque não tinham o dinheiro, na época oportuna e apropriada, de comprar uma nova propriedade. Esse reajuste, agora, não vai corrigir o grave problema social, o prejuízo social, que causou a insensibilidade da Direção da ELETROSUL.

Mas, em todo caso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar aqui o registro desses fatos, porque no futuro, estaremos atentos à filosofia da ELETROSUL, se realmente será uma filosofia de justiça para aqueles que cedem tudo o que têm, às vezes, pequenas propriedades nas margens do rio, para que as grandes usinas construídas pelo Governo e que levam, inclusive, prejuízo ao Estado, como é o caso do Estado do Paraná, em que perde uma porção considerável do seu território, terras das mais férteis possíveis e não recebe nada, absolutamente nada em troca, e no caso específico do Paraná, nem a sede da ELETROSUL está neste Estado, porque a própria sede da ELETROSUL está em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Por isso, Sr. Presidente, deixo aqui o registro, para que no futuro possa cobrar o comportamento que agora, a ELETROSUL nas vésperas de depor numa CPI do Congresso, que investiga a sua atuação, nesses Estados do Sul, procura confundir a opinião pública, dizendo que vai fazer um reajuste, pagando preço realmente justo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Este é um País humilhado. Os desencontros dos homens que dominam o Sistema, são grotescos e mostram que os caminhos são duas paralelas.

Vejam a posição de dois desses homens. O Ministro da Comunicação Social, Said Farhat, diz: "Lei de Imprensa é inoperante e é preciso criar uma Lei de Responsabilidades". O Presidente João Baptista afirma: "Não há democracia sem imprensa livre".

Enquanto o Presidente tenta mostrar na Argentina que a abertura é prá valer, o Ministro da SECOM fala em amordaçar a imprensa, controlando as atividades dos meios de comunicação de massa.

Infeliz a colocação do Sr. Farhat, que investe contra a liberdade de imprensa, logo ele que é jornalista. E torna-se mais ridículo ainda quando diz que "os empresários têm pouco controle do que se publica em seus veículos". Na grande imprensa, não existe jornal ou emissora de rádio ou televisão que não esteja sob a censura patronal. O Sr. Ministro deve saber que a imprensa não inventa a notícia; quando muito, aumenta a verdade.

A imprensa brasileira não aceita mais esse tipo de intimidação, de cerceamento.

Figueiredo fala em democracia, mas o uso do cachimbo da exceção faz a boca torta. Criar uma "Lei de Responsabilidade" para controlar e vigiar os meios de comunicação, como propõe o Ministro da SECOM, mostra que o "chumbo grosso" ainda não acabou. Afinal, o Governo dispõe de um grande aparato jurídico de repressão à imprensa: Lei de Imprensa; Decreto-Lei n.º 1.077, que permite a verificação prévia de qualquer publicação, suspensão de sua circulação ou apreensão; Lei de Segurança Nacional e o Código Penal, que prevê sanções para a calúnia, injúria e a difamação. É fácil observar, que leis não faltam. E querem criar mais.

Toda a ira do Governo volta-se contra o jornal "Hora do Povo", do Rio de Janeiro, que há dias circulava com a seguinte manchete: "Saiu o listão dos corruptos". E na página três: "Figurões botam 700 bilhões de cruzeiros na Suíça". E informava que a Cia havia divulgado a lista das contas secretas em bancos da Suíça, envolvendo importantes autoridades governamentais, civis e militares, entre as quais, Emílio Médici, Ernesto Geisel, Delfim Neto, Mário Andreazza, Roberto Campos, Golbery do Couto e Silva, Mário Simonsen, Shigeaki Ueki, Paulo Maluff, Costa Cavalcante, Reis Veloso, Jarbas Passarinho, Maurício Schulman, Francelino Pereira, Said Farhat, Amaury Stábile, César Cals, Murilo Macedo, Hélio Beltrão, João Camilo Pena, Chagas Freitas, General Oziel de Almeida, etc. São 152 nomes, que segundo o jornal, não saberiam explicar como conseguiram tanto dinheiro. São 14 bilhões de dólares.

Mas o Ministro da Comunicação Social, por sinal um dos integrantes do listão, deve saber que a grande imprensa, a imprensa Oficial, que vive subjugada pelo cabresto palaciano, nunca teria independência e nem ombridade para divulgar tais fatos. A grande imprensa divulga simplesmente a versão.

A grande imprensa, que vive das subvenções oficiais, Sr. Ministro, não mostra a realidade ao povo brasileiro. Esse papel é desempenhado pela imprensa alternativa, com sangue, suor, bombas e ameaças. Os 120 milhões de brasileiros, Sr. Ministro, precisam saber: DAS greves de professores em Goiás e Minas; DAS bombas em sedes de jornais; no comício do PMDB em Ouro Preto; na Assembléia do Rio Grande; no show da Mercedes Soza em Porto Alegre; nas livrarias de São Paulo; na passeata da panela vazia em Porto Alegre. DA inflação que atinge oitenta e sete por cento em 12 meses; QUE estão loteando a Amazônia; DAS mordomias de Ministros e dos protegidos do Governo; QUE trabalhadores respondem com paus e pedras aos ataques com bombas e metralhadoras; QUE técnicos da União Soviética confirmam a existência de um grande lençol petrolífero na Amazônia. DOS conflitos de terras envolvendo milhares de famílias na Paraíba e no Araguaia e que são dispersadas com bombas jogadas de helicópteros. QUE Delfim é incompetente e falsifica dados para o cálculo da inflação; DOS lucros monumentais obtidos por multinacionais no Open Market; QUE o filho do Golbery está envolvido no escândalo do INPS; QUE índios armados tomaram a sede da FUNAI, defendendo seus direitos; QUE a omissão do Governo deixa milhões com fome no Nordeste; QUE o Governo faz do Brasil a lixeira das multinacionais; QUE até o final do ano a gasolina estará custando mais de Cr\$ 50,00 o litro; QUE num País de subnutridos, fala-se em construir usinas nucleares; QUE o Presidente viaja para a Argentina levando uma comitiva de 250 pessoas, num autêntico "come-e-dorme"; QUE o Banco Central interviu no mercado financeiro, aplicando quinze bilhões na cobertura de falências fraudulentas e emissão de "cheques administrativos" sem fundo; QUE o BNDE socorreu indústrias privadas, enterrando dez bilhões; QUE a SUDENE concedeu incentivos de quatro bilhões a empresas falidas; QUE os banheiros da sede do BNH no Rio são de mármore importado; QUE o País gastou trinta e cinco milhões na confecção das famosas "simonetas"; QUE funcionários graduados e até Ministros recebem "gratificações especiais" das multinacionais;

QUE os trabalhadores unidos derrotaram as metralhadoras;
 QUE o cinismo do Governo cancelou as eleições de 80;
 QUE Delfim é laiaio das multinacionais;
 QUE o arrocho salarial é crime contra o Povo;
 QUE o leite especial é pura enganção;
 QUE a ladainha "Plante que o governo garante" não engana mais ninguém;
 QUE o escândalo da Poliomielite mostrou a verdade: morrem mais de quinhentas mil crianças por ano no Brasil;
 QUE o Governo esteve e está envolvido no escândalo da Vale do Rio Doce;
 QUE o Governo incentiva a especulação, usa o dinheiro do povo em benefício de poucos;
 QUE dirigentes e sindicatos rurais do Rio Grande exigiram a demissão de Delfim Neto;
 QUE os peões da Usina Tucuruí, no Pará, cansados da comida podre, das prisões, dos maus tratos e dos descontos injustos, transformaram o local num campo de batalha;
 QUE os japoneses, com a convivência do nosso Governo, estão comprando uma área de terras muito maior do que o Projeto Jarí;
 QUE bilhões são enterrados em Itaipu e ninguém presta contas;
 QUE uma revista inglesa anuncia a falência do Brasil;
 QUE os bispos progressistas são perseguidos e ameaçados pelo Governo;
 QUE os americanos não deixam o Brasil explorar o petróleo que está no nosso sub-solo;
 QUE os corruptos tomaram conta do País e são eles que nos governam;
 São manchetes. São fatos. São verdades".
 E esta lei de responsabilidade vem em consequência da lei de corrupção, que não é lei, mas é uma prática neste País.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Estou recebendo da Associação dos Taxistas de Curitiba, órgão que congrega os motoristas de praça de nossa Capital um memorial em que demonstra a difícil situação que vem passando esta laboriosa classe.

São 450.000 pessoas no Brasil, Sr. Presidente, Srs. Deputados que vivem diretamente da prestação desse serviço e que com suas famílias, representam ponderável parcela da população brasileira.

O táxi é um serviço de utilidade pública de grande utilidade que poderia ser bem mais usado, não fosse o seu alto custo.

Mas, na crise em que vivemos apesar da grande propaganda governamental pelos transportes coletivos, andar de táxi em nosso País é um luxo que bem poucos podem se dar.

A transformação do veículo a gasolina em álcool é um fiasco, pelo menos em termos para profissionais do volante. O álcool não tem se mostrado uma alternativa razoável pois reduz a durabilidade dos motores pela metade do tempo normal, além do que, em média, um litro desse combustível mal dá para se percorrer sete quilômetros, isso sem falar que, percentualmente, seu preço é equivalente à gasolina.

Para um taxista a transformação do motor de veículos para que este venha a usar álcool, representa um custo enorme que somados aos problemas anteriores tornam impossível essa alternativa. Ao preço atual da gasolina e às ameaças de que até o final do ano estaremos com ela beirando os Cr\$ 50,00 o litro, dá bem para ter idéia do drama que vive essa classe. Em 79 ao preço de 14,00 o litro da gasolina, a bandeirada custava 12,00. Hoje com o combustível a 28,00 a bandeirada está a 20. A diferença em menos de 6 meses é brutal. Hoje um taxista para manter o sustento de sua família tem que trabalhar com jor-

nadas de 16 horas, e alguns dias da semana com o tempo integral de 24 horas.

Há algum tempo atrás a média diária era de 26 bandeiradas com o motorista trabalhando menos horas. Hoje, fazendo mais 5 ou 6 horas a mais ele não consegue mais do que 16 bandeiradas no melhor dia de serviço.

A média de rodagem de um táxi, em nossa Capital, é de 180 km por dia e destes sessenta e cinco por cento os carros estão rodando vazios.

É preciso fazer-se alguma coisa por esta classe sofrida, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deixo aqui a minha sugestão, em forma de requerimento, que mais tarde apresentarei à Mesa.

No lugar de estarmos enviando gasolina ao estrangeiro quase de graça, que nossas autoridades federais criem um projeto de lei subsidiando a gasolina para os táxis nacionais em uma percentagem trinta e cinco por cento inferior aos preços atuais.

Outra alternativa: a liberação para o uso de gás nos táxis, como vem ocorrendo na Europa e no Japão, inclusive porque com esse tipo de combustível um táxi conseguirá médias superiores a 20 km com um quilo do produto. Além do mais o gás é facilmente encontrável nos poços perfurados em nosso País.

Uma terceira alternativa seria permitir as fábricas produzirem automóveis, especiais para o serviço de táxis, movidos com motor diesel, o que baratearia o transporte sobremaneira deste tido de condução, dando chances de uma vida melhor para essa classe que vem sendo espoliada pela campanha governamental de responsabilizar a nós povo, pela alta dos combustíveis."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 189/79, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Ogum Marinheiro", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
 PROJETO DE LEI N.º 189/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
 D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA "OGUM MARINHEIRO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 190/79, (Mens. Govern. n.º 151/79), que objetiva o Poder Executivo a realizar com a Cúria Metropolitana permuta de imóveis situados no Município de Rio Negro, com áreas, melhorias e demais características que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
 PROJETO DE LEI N.º 190/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno com 658,80 m², com frente para a Avenida Comendador Franco, da Cidade de Rio Negro, de propriedade do Estado do Paraná, constituído de parte do imóvel objeto do número de ordem 1.897 às fls. 141 do Livro 3-A de Transcrição das Transmissões da Comarca, pelo imóvel constituído por uma edificação em alvenaria com dois pavimentos, com 251,43 m², em terreno com área total de 910,83 m², com frente para a Rua Barão do Rio Branco, pertencente a Paróquia de Rio Negro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1980
(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 1/80, que denomina "Escola Padre Carlos Zelesny - Ensino de Primeiro Grau", a unidade escolar implantada no bairro de Sabará, Ponta Grossa.
Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 1/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada ESCOLA PADRE CARLOS ZELESNY — ENSINO DE PRIMEIRO GRAU, a unidade escolar implantada no bairro de Sabará, Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1980
(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 2/80, que declara de utilidade pública o "Instituto Pio XII", com sede e foro na Cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 2/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO PIO XII, com sede: na Cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1980
(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 18/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Padre Jansen - Ensino de Primeiro Grau", com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 18/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA PADRE JANSEN — Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1980
(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 8/80, (Mens. Govern. n.º 14/80), que aprova o Termo de Renovação aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Laranjeiras do Sul e Tomazina, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de Renovação números 157 e 176/79, datados de 29 de junho de 1979, aos convênios celebrados em 14 de fevereiro de 1980, entre o Governo do Estado do Paraná e, respectivamente, os Municípios de Laranjeiras do Sul e Tomazina, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1980
(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 9/80, (Mens. Govern. n.º 15/80), que aprova Termos de Renovação aos Convênios números 50/78 - SEPL e 165/78 - SEPL, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Ortigueira e Imbituva, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos em obras públicas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 9/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Renovação datados de 29 e 16 de novembro de 1979, aos convênios celebrados, respectivamente, em 22 de julho e 09 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de Ortigueira e Imbituva, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1980.
(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 10/80, (Mens. Govern. n.º 16/80), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Piraquara, através da Secretaria de Estado do Planejamento, que com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visa a aplicação de recursos financeiros na execução da primeira etapa do Programa

de Paisagismo das Vias de Acesso da Região Metropolitana
Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
 DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 08 de janeiro de 1980, ao Convênio n.º 07/79, celebrado em 02 de outubro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e o Município de Piraquara, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a aplicação de recursos financeiros na execução da primeira etapa do Programa de Paisagismo das Vias de Acesso da Região Metropolitana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Resolução n.º 25/80.— **Aprovado** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, Fazenda, Agricultura e Presidente da Comissão de Financiamento da Produção em Brasília, encarecendo a fixação do preço mínimo do milho. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptis-

ta, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de documento da Associação dos Taxistas de Curitiba ao CNP, aos Srs. Ministros dos Transportes, Minas e Energia, Governador do Estado e ao Prefeito Municipal de Curitiba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "O Progresso da Ordem", publicado pelo jornal "Folha de São Paulo".— Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, visando a instalação de agências da SUNAB em todas as regiões geo-econômicas do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 104/78, 50/79 e 177, 180, 186, 185, 210/79 e 14/80.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/80

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 191/79, 7, 8, 9, 13 e 21/80.

Levanta-se a sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Departamento Legislativo

Coordenadoria de Imprensa Legislativa